

História, imprensa e política: contribuições acerca do debate em torno da “mítica” neutralidade do jornalismo brasileiro nos anos 1950

Eduardo de Melo Salgueiro
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Xinguara – Pará – Brasil
eduardomsalgueiro@gmail.com

Resumo: Busca-se neste artigo¹ apresentar algumas discussões a respeito da história da imprensa brasileira em meados do século XX, no que diz respeito às tentativas de modernização do jornalismo no Brasil. Nesse período, diversos historiadores brasileiros especializados no tema têm enfatizado que após os anos 1950 houve uma forte tentativa de afastamento do discurso político-partidário presente nos jornais e revistas brasileiros. Por outro lado, existem autores que defendem que desde os anos finais do século XIX este debate estava sendo costurado. Portanto, pretendo fazer uma abordagem a respeito do debate envolvendo a situação do jornalismo naquele período, especialmente no que diz respeito à ideia de “objetividade” *versus* paixão política. Demonstrarei a partir da bibliografia especializada e produções periódicas da época, como essa é uma questão que merece ser revisitada constantemente pelos historiadores da política e da imprensa nacional.

Palavras-chave: Historiografia. Imprensa. Neutralidade. Objetividade. Política.

Introdução: a imprensa e seu contexto

O período que corresponde aos anos de 1950 e 1960 ficou lembrado como um momento em que as palavras “desenvolvimento”, “progresso” e “modernidade” eram correntes de tal modo que adentraram no imaginário político-econômico da época. Provavelmente ainda hoje, quando nos remetemos a tal conjuntura histórica, os três termos acima mencionados estarão entre os mais lembrados. No aspecto político, se pensarmos no chamado período democrático, que corresponde aos governos de Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-55), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), as palavras aludidas acima seguramente foram recorrentes, independente de quem estivesse no poder.

Maria Helena Capelato e Eliane Regina Dutra (2000) fizeram um balanço historiográfico a partir de 100 dissertações e teses publicadas entre os anos de 1994 e 1997

¹ Este artigo é uma versão modificada de um trecho do primeiro capítulo de minha tese de doutorado defendida na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em 2016.

que se preocupavam em analisar seus diversos temas a partir do conceito de “representação política”. Uma constatação muito importante para a presente análise reside no fato de que as fontes mais utilizadas nas pesquisas analisadas por essas pesquisadoras foram os periódicos, demonstrando o quanto as revistas, jornais e pasquins são importantes para a história política como um todo. Em síntese, o jornal ou revista são para o historiador riquíssimas fontes de estudos, uma vez que, por trás de suas reportagens, existem grupos de pessoas que idealizaram um projeto, o colocaram em prática pela produção desse impresso e passaram a *representar* a si mesmos e aos seus interesses.

Levando isso em consideração, a imprensa certamente foi bastante participativa politicamente naquele contexto de meados do século XX, atuando ativamente nos debates políticos e projetos pensados para a nação. Por outro lado, aquele foi justamente o momento em que no jornalismo pretendia-se, pelo menos no discurso, afastar-se das paixões partidário-políticas. Portanto, busco fazer uma abordagem a respeito do debate envolvendo a situação do jornalismo naquele período, especialmente no que diz respeito à ideia de “neutralidade partidária/objetividade”. É válido dizer que os anos 1950 são considerados por parte da bibliografia especializada² como peculiar na trajetória da prática jornalística brasileira, pois se as palavras de ordem eram desenvolvimentismo e modernização, também os jornais diários pretendiam se transformar (BARBOSA, 2007, p. 149), logo, uma escrita mais objetiva, neutra e concisa fazia parte daquele projeto de renovação.

É importante lembrar, no entanto, que a despeito de ter havido considerável desenvolvimento na imprensa brasileira (em termos de técnicas e avanços tecnológicos), na primeira metade do século XX autores como Carlos Lins Silva (1990), por exemplo, mantêm ressalvas no que diz respeito à profissionalização do ofício do jornalismo, sobretudo no que tange à almejada “objetividade” da escrita jornalística. Silva (1990, p. 63) defendia que, por mais que houvesse um incremento tecnológico,

a importação de máquinas, a adoção de técnicas, a compra de serviços de agências, a incorporação de valores do jornalismo americano são todos sinais importantes de um desejo de fazer do jornal um negócio. Mas a falta de condições na economia local para sustentar essa vontade faz com que ela se frustrasse, embora alguns jornais consigam sobreviver [...] A fragilidade dessa “aventura editorial” até a segunda metade deste século é inquestionável.

Nesse sentido, parafraseando Ana Paula G. Ribeiro (2007, p. 27), mesmo com equipamentos caros e modernos, a pequena e a grande imprensa³ não conseguiam manter-

² Bibliografia que será discutida no presente trabalho.

³ Conforme ressalta Tania Regina de Luca (2008, p. 149), a “expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”.

se apenas com a publicidade e assinaturas, ou seja, era necessário algum outro tipo de apoio, seja por intermédio de verbas oficiais ou mesmo de grupos privados para sobreviver financeiramente. Isso significa dizer, claro, que é muito provável que boa parte dos periódicos continuaram presos à prática do jornalismo de opinião, ainda que os “posicionamentos político-ideológicos passaram a exigir, no entanto, um pouco mais de sutileza”, assevera a autora.

Segundo informam Cardoso de Mello e Novais (1998, p. 588), a partir de um trabalho empreendido por Bertran Hutchinson, no final dos anos 1950, moradores de São Paulo foram convidados a classificar trinta profissões. Dentre elas, o jornalista ocupou a sexta posição dentre as mais importantes. Segundo os autores, isso se deu justamente porque este profissional era “de um lado, considerado um homem público e, de outro, o símbolo de uma relativamente nova e cada vez mais decisiva forma de poder: a imprensa”.

Portanto, as ideias que seguem logo abaixo pretendem apresentar algumas leituras historiográficas sobre a imprensa brasileira no que diz respeito à sua busca por um jornalismo mais “neutro” e “objetivo”, com pretensões a distanciar-se do “contaminado” mundo da opinião política.

A objetividade e a modernização da imprensa: discussões a respeito

De modo geral, os historiadores brasileiros concordam que mudanças na prática jornalística tenham ocorrido nos anos 1950, ainda que a permanência da herança opinativa e a dependência de partidos políticos tenham continuado a existir. Mas este é um debate que gera algumas visões distintas. Existem interpretações que defendem que essa transformação vinha sendo construída no seio do jornalismo brasileiro desde o crepúsculo do século XIX, enquanto outros acreditam que somente em meados do século XX tais questões foram mais fortemente discutidas.

Em meio a tantas mudanças do jornalismo do Brasil das primeiras décadas do século XX, muitos pesquisadores têm debatido com ênfase a questão da modernização da imprensa seguida de uma busca por reconhecimento daquela profissão *via* a “aura” da objetividade, avanço técnico e neutralidade. Esse foi o caso do historiador francês André de Seguin des Hons (1985), por exemplo, que, em seu estudo sobre a grande imprensa brasileira⁴, ressaltava o caráter opinativo do jornalismo do país no período da chamada

⁴ Vale a pena apontar que apesar do título de seu trabalho ser *Le Brésil, presse et histoire: 1930-1985*, o historiador francês, no entanto, limita-se a fazer uma abordagem especificamente sobre a evolução da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo. Contudo, apesar de

Primeira República (1890-1930). O autor informava que a preocupação com a ‘objetividade’ já fazia parte da cultura jornalística europeia e americana há certo tempo, mas ainda era estranha à prática dos jornais brasileiros naquele momento. Nas palavras do autor, apresentadas nas páginas iniciais de seu livro, há a seguinte informação:

A imprensa brasileira, desde o Império até a década de 1950, era uma imprensa de opinião (partidária). O objetivo dos jornais, antes mesmo de informar, era de tomar posição, na tentativa de mobilizar os seus leitores. Os jornais diários não só participaram ativamente nas lutas políticas mas eram também seu principal instrumento [...]. A preocupação da "objetividade", que já caracterizava parte da imprensa europeia e americana, ainda era estranha aos jornais brasileiros da República⁵ (DES HONS, 1985, p. 14).

Como vimos, Seguin des Hons apresenta a questão da objetividade relacionando-a à busca pela separação da partidização dos impressos periódicos. No entanto, creio ser importante relativizar um pouco a questão da “incorporação de valores do jornalismo americano” das décadas iniciais do século XX, ou a ideia de que o jornalismo brasileiro estava tão atrás da imprensa estadunidense no período correspondente. De fato, o jornalismo brasileiro permanecia muito marcado pela opinião, pois os “jornais tinham se transformado em empresas capitalistas, mas ainda serviam a poderes tradicionais” (RIBEIRO, 2007, p. 27), mas ao mesmo tempo, como indicam outros autores, tratou-se de um processo de média duração que vinha sendo debatido por alguns setores da imprensa nacional.

Ao que parece, na terceira década do século XX, o jornalismo norte-americano ainda passava por um processo de transformação que se iniciou no século XIX, mas que não estava completamente amadurecido ou tão independente da (*opinião*) política no início dos anos 1930. Deste modo, chamo atenção ao fragmento da citação no qual André de Seguin des Hons dizia que a “preocupação da ‘objetividade’, que *já caracterizava* parte da imprensa europeia e americana, ainda era estranha aos jornais brasileiros da República Velha”.

Abstendo-me, por ora, de falar da “parte europeia” (pois não sei exatamente a quais países o autor fazia referência), ao menos nos Estados Unidos, a ideia de “objetividade” não estava tão bem definida no período que corresponde à Primeira República brasileira, uma vez que é preciso levar em consideração que alguns estudos a respeito indicam que tal conceito só surgiu naquele país, efetivamente, no final da terceira década do século XX. Ainda que isso seja, vez ou outra, lembrado pela historiografia brasileira, tenho a sensação

tal lacuna, isso não diminui a importância dessa obra, pois, conforme ressalta Jean-Paul Bruyas (1987, p. 188-190) em resenha feita sobre ela, tal limitação “é legítima, dada a enorme importância das duas metrópoles” (“*mais il est légitime, étant donné l'énorme importance des deux métropoles*”).

⁵ No original: “La presse brésilienne, depuis l'Empire jusqu'à la décennie de 1950, a été une presse d'opinion. L'objectif des journaux, avant même d'informer, était de prendre position, d'essayer de mobiliser leurs lecteurs. Non seulement les quotidiens participaient activement aux luttes politiques, mais ils en étaient aussi le principal instrument [...] Le souci « d'objectivité » qui caractérisait déjà une partie de la presse européenne et américaine était encore étranger aux quotidiens brésiliens de la République Velha”. Tradução minha.

de que parece haver uma superestimação no que diz respeito à objetividade jornalística estadunidense (no sentido de emancipação político-partidária por parte dos periódicos daquele país).

Apesar dos seus inegáveis avanços tecnológicos e da evolução da economia norte-americana da época, que alteraram *o fazer* de sua imprensa (as práticas do *lead* e da pirâmide invertida, por exemplo, já se faziam presentes; além da publicidade, que começava a dominar o mercado), no entresséculo XIX-XX ainda havia problemas de natureza semelhante à brasileira no que diz respeito à “partidarização” e do (ainda) predominante jornalismo de opinião (*commentary*) nos Estados Unidos.

Carlos Lins da Silva (1990, p. 91), um dos autores que mais enfatizam a superioridade da imprensa estadunidense, pautado no clássico estudo de Michael Schudson⁶, informa que:

Até os anos 1830, os jornais americanos prestavam serviços ou a partidos políticos ou a alguma atividade de negócio. Depois deles, os jornais passaram a vender um produto (a notícia) a um público e a vender o seu público a anunciantes interessados em aumentar a venda de seus próprios produtos.

Silva se apoia em algo que é efetivamente defendido por Schudson (*apud* SILVA, 1990, p. 61) em 1978, pois o pesquisador estadunidense afirmava que a década de 1830

[...] marcou uma revolução no jornalismo americano. Essa revolução levou ao triunfo da notícia sobre o editorial, dos fatos sobre a opinião, uma mudança que foi moldada pela expansão da democracia e do mercado e que conduziria, no seu devido tempo, ao incômodo compromisso de fidelidade do jornalista com a objetividade⁷.

No entanto, anos mais tarde, em 2001, o próprio Michael Schudson (2001, p. 155) relativizará tal questão ao mencionar que por mais que houvesse efetivamente uma dinamização econômica, evolução tecnológica e uma expansão democrática em terras ianques, isso não impediu a prática do jornalismo partidário, como veremos nos fragmentos que mostrarei a seguir:

No jornalismo do século 19, os editores se orgulhavam da velocidade e precisão em que imprimiam e forneciam as suas notícias. Com a introdução, em 1830, da prensa rotativa e, logo, a prensa a vapor, em meio a uma economia urbana em expansão na costa leste [norte-americana], e com o entusiasmo pela democracia Jacksoniana, a concorrência comercial esquentou entre os jornais das cidades⁸.

⁶ SHUDSON, Michael. *Discovering the News. A Social History of American Newspapers, 1978*. Somente em 2010 traduzido para o português pela editora Vozes, sob o título: *Descobrimo a notícia – uma história social dos jornais nos Estados Unidos*.

⁷ No original: “It is now widely agreed that the 1830s, a remarkable decade in so many ways, marked a revolution in American journalism. That revolution let to the triumph of “news” over the editorial and “facts” over opinion, a change which was shaped by the expansion of democracy and the market, and which would lead, in time, to the journalist’s uneasy allegiance to objectivity” (SCHUDSON, 1978, p. 14). Tradução de Carlos Lins da Silva.

⁸ Tradução minha, do original: “In 19th century journalism, editors came to take great pride in the speed and accuracy of the news they provided. With the introduction in the 1830s of the rotary press and soon the steam-powered press, amidst an expanding urban economy on the Eastern seaboard, and in the rush for enthusiasm for Jacksonian democracy, commercial competition heated up among city newspapers”.

Apesar de atingir certo nível de progresso, tanto no âmbito econômico-tecnológico quanto no político, continua o sociólogo estadunidense ressaltando que isso não aboliu a partidização dos periódicos. Ao contrário, Schudson contesta, de certo modo, as duas principais teses difundidas nos Estados Unidos acerca do surgimento da objetividade na imprensa daquele país. Uma delas atribui tal progresso à expansão do mercado (publicidade e também aumento do número de leitores⁹) e ao entusiasmo democrático; já a segunda corrente defende a ideia de o desenvolvimento por parte do jornalismo teria relação com o incremento tecnológico, especialmente com a invenção do telégrafo, e que passou a exigir dos jornalistas uma escrita mais factual e menos opinativa, forçando por consequência, à confecção de um estilo de redação jornalística mais universal e padronizada.

O autor não refuta inteiramente tais leituras, porém, indica que aquelas mudanças na sociedade americana não impediram que a subjetividade ainda fosse predominante como podemos observar no momento no seguinte fragmento: “a noção de que a mudança do partidismo para a objetividade foi motivada economicamente é largamente acreditada, mas em nenhum lugar justificada”¹⁰ (SHUDSON, 2001, p. 160). Assim, penso ser necessário fazer uma extensa citação na qual Schudson (2001, p. 155) deixa seu posicionamento muito claro:

Esse agressivo e novo comercialismo no jornalismo foi uma condição importante para as noções modernas de objetividade ou imparcialidade, mas [...] os editores consideravam estas perfeitamente compatíveis com o partidismo político e [era comum fazerem] sua escolha para cobrir apenas os discursos ou comícios do partido que eles favoreciam. Foi igualmente compatível, em seus olhos, que os repórteres melhorassem os discursos orais de políticos que lhes eram simpáticos em sua forma impressa. Nas décadas de 1870 e 1880, correspondentes de Washington rotineiramente complementavam os seus rendimentos trabalhando para os congressistas de que eles falavam. Ainda nos anos 1890, quando um jornal republicano cobria as eleições presidenciais, não só deplorava e ridicularizava os candidatos democratas em seus editoriais, mas muitas vezes, sequer os mencionava em seus noticiários. Nos dias anteriores às sondagens de opinião pública, o tamanho dos comícios partidários era tomado como representações para os resultados eleitorais prováveis. Comícios republicanos poderiam ser descritos como "reuniões monstro", enquanto que os comícios democráticos muitas vezes tinham sequer cobertura por parte do jornal. E nos jornais democráticos, é claro, ocorria exatamente o contrário¹¹.

⁹ Michael Schudson (2001, p. 160), inclusive, defende a ideia de que, apesar do considerável aumento de leitores de jornais no interregno que corresponde ao final do século XIX até a década de 1920, isso não diminuiu o poderio de jornais políticos. Nas suas palavras: “Readership was growing so rapidly in the late 19th century – from 3.5 million daily newspaper readers in 1880 to 33 million in 1920 – a great variety of journalistic styles were economically rewarding. *Very likely the most lucrative option was strident partisanship*” (A prática da leitura foi crescendo muito rapidamente no final do século 19 – de 3,5 milhões de leitores de jornais diários em 1880 para 33 milhões em 1920 – e uma grande variedade de estilos jornalísticos eram economicamente compensadores por isso. [No entanto,] *Muito provavelmente, o segmento mais lucrativo foi o partidismo estridente*). Tradução minha. Os grifos são meus.

¹⁰ No original: “the notion that the move from partisanship to objectivity was economically motivated is widely believed but nowhere justified”. Tradução minha.

¹¹ No original: “This newly aggressive commercialism in journalism was an important precondition for modern notions of objectivity or fairness, but [...] editors found this perfectly consistent with political partisanship and their choosing to cover only the speeches or rallies of the party they favored. It was equally consistent, in their eyes, for reporters to go over speeches with sympathetic politicians to improve, in printed form, on the oral presentation. Into the 1870s and 1880s, Washington correspondents routinely supplemented

O autor defende a hipótese de que foi dentro da própria *prática* (jornalística) que surgiu a ideia de objetividade. Ele acredita que a separação dos fatos e valores surgiu, primeiro, após a relativa independência dos repórteres em relação aos seus empregadores (que desencadeou o surgimento de uma autoconsciência por parte da categoria); segundo, em decorrência da emergência de uma séria discussão profissional sobre a “objetividade” que se deu apenas depois da Primeira Guerra Mundial. Nesse período, surgia o profissional das “relações públicas”, que atendia aos interesses privados, fossem eles de governos, políticos, ou do *business*, e que se resumia a escrever histórias (fazer propaganda) favoráveis sobre aqueles que lhes pagavam. Tal momento é conhecido como a “era da propaganda”. Nesse sentido, os jornalistas buscaram se afastar dessa prática pretendendo distinguir-se daqueles profissionais. Nas suas palavras:

Os jornalistas criaram consciência sobre a manipulação da informação na era da propaganda [...]. Eles sentiram a necessidade de cerrar fileiras e fazer valer a sua integridade coletiva em face de sua proximidade com os ‘agentes de publicidade’ e seu desembaraçado esforço para usar a informação (ou desinformação) para promover interesses especiais¹² (SHUDSON, 2001, p. 162-163).

Uma visão similar foi defendida por Richard Streckfuss (1990, p. 973) em um artigo muito famoso no qual enfatizava a ideia de que a palavra “objetividade” jamais havia sido sequer usada pelo jornalismo norte-americano até os anos 1920¹³. Além disso, tal termo originalmente representava um procedimento muito mais ligado ao movimento cultural do naturalismo científico e, mais do que servir como um veículo de neutralidade, o método objetivo era visto como um antídoto contra o ufanismo e emocionalismo presentes na conservadora imprensa americana.

Na busca pelas primeiras menções ao termo “objetividade”, Streckfuss (1990, p. 974) reiterava que antes mesmo de significar “neutralidade”, no sentido de oposição a um jornalismo de opinião/partidarizado, ela se associava a uma concepção muito mais científica.

Seja qual for o significado de objetividade agora, ele teve uma definição especial e importante no seu início, um sentido criado para lidar com novas informações e novas condições. Essas condições, embora agora ignoradas, ainda estão conosco [...] Objetividade foi fundada não sobre a ideia ingênua de que os seres humanos

their newspaper income by clerking for the very congressional committees they wrote about. As late as the 1890s, when a standard Republican paper covered a presidential election, it not only deplored and derided Democratic candidates in editorials but often just neglected to mention them in the news. In the days before public opinion polling, the size of partisan rallies was taken as a proxy for likely electoral results. Republican rallies would be described as ‘monster meetings’ while Democratic rallies were often not covered at all. And in the Democratic papers, of course, it was just the reverse”. Tradução minha.

¹² No original: “Journalists grew self-conscious about the manipulability of information in the propaganda age”, de tal forma que, por volta dos anos 1920, “They felt a need to close ranks and assert their collective integrity in the face of their close encounter with the ‘publicity agents’ unembarrassed effort to use information (or misinformation) to promote special interests”. Tradução minha.

¹³ No original: “Journalists did not begin to use the word ‘objective’ to describe their work until the 1920s. The term originally represented a rigorous reporting procedure growing out of the broader cultural movement of scientific naturalism. Rather than serve as a vehicle of neutrality, the objective method was seen as an antidote to the emotionalism and jingoism of the conservative American press”.

poderiam ser objetivos, mas em uma percepção de que eles NÃO poderiam. Para compensar essa fraqueza inata, os defensores na década de 1920 propuseram um sistema jornalístico que se sujeitasse aos rigores do método científico¹⁴ (Palavra em caixa alta do original).

O jornalismo estadunidense inclinava-se a se enquadrar nos rigores do método científico, seguindo na esteira do mundo acadêmico nos Estados Unidos. Conforme ressalta Edward A. Purcell Jr. (1973, p. 15), “pelos idos da segunda década do século vinte o ideal de ciência da sociedade estava firmemente enraizada no pensamento americano”¹⁵, de tal forma que via-se florescer o naturalismo científico, por meio da chamada “escola de pensamento” que buscava explicar o universo a partir de “investigações científicas [que] poderiam produzir o verdadeiro conhecimento”¹⁶, (PURCELL JR., 1973, p. 3) e que “somente o conhecimento adquirido pela metodologia científica é válido”¹⁷ (STRECKFUSS, 1990, p. 973).

Nesse sentido, o mundo científico norte-americano postulava que o rigor do método científico é que devia controlar a subjetividade humana e o jornalismo estadunidense buscava repensar seu ofício naquele período. Em resumo, Richard Streckfuss (1990, p. 975) afirmava que, “[...] em seu sentido original, objetividade significava encontrar a verdade por meio de uma rigorosa metodologia científica”¹⁸, e mesmo com todas as discussões a esse respeito que ocorreram na década de 1920, o autor defendia a ideia de que “[...] muitos jornais ainda estavam alinhados com partidos políticos e a maior parte deles tinha posições políticas que eram refletidas em suas colunas”¹⁹ (STRECKFUSS, 1990, p. 982).

Acho importante, antes de retornar à discussão sobre a imprensa brasileira, replicar uma citação feita por Streckfuss retirada de um artigo intitulado *The Party Flag Comes Down*, escrito por William Preston Bezell e publicado em 1931 na famosa revista *Atlantic Monthly* (que circula até os dias atuais), no qual mostrava tanto o anseio (com bastante otimismo) por superar o jornalismo político-partidário, quanto o receio por ele continuar a existir. Dizia Bezell (*apud* STRECKFUSS, 1990, p. 982): “Como será estranho

¹⁴ No original: “Whatever objectivity may mean now, it had a particular and important meaning at its outset, a meaning created to cope with new information and new conditions. Those conditions, though now mostly ignored, are with us still [...] Objectivity was founded not on a naive idea that humans could be objective, but on a realization that they could NOT. To compensate for this innate weakness, advocates in the 1920s proposed a journalistic system that subjected itself to the rigors of the scientific method”. Tradução minha.

¹⁵ No original: “By the second decade of the twentieth century the ideal of a science of society was firmly entrenched in American thought”. Tradução minha.

¹⁶ No original: “scientific investigations [that] could yield true knowledge”. Tradução minha.

¹⁷ No original: “only knowledge gained by scientific investigation is valid”. Tradução minha.

¹⁸ No original: “[...] in its original sense, objectivity meant finding the truth through the rigorous methodology of the scientist”. Tradução minha. Grifo meu.

¹⁹ “[...]”. Tradução minha. Grifo meu.

o dia em que, em todas as nações, encontraremos jornais político-partidários como exceções e não mais como a regra! Esse dia está chegando”²⁰.

Este largo parêntese que abri foi necessário, pois penso que o suposto atraso jornalístico brasileiro da Primeira República em relação ao estadunidense deve ser relativizado. Conforme já mencionei, ainda que inegavelmente nos Estados Unidos já existissem discussões e tentativas de reformulações no campo jornalístico, parece-me que precisamos manter cautela quando nos inclinamos a fazer tal tipo de comparação. Marialva Barbosa (2007, p. 40), apesar de destacar a importância dos anos 1950 para a imprensa brasileira, mostrou que aquela discussão remontava – ao menos no jornalismo do Rio de Janeiro – desde os anos finais do século XIX e início do século XX:

As bases para construção do ideal de objetividade do jornalismo [...] estão lançadas na virada do século XIX para o XX. A rigor, o mito da objetividade deve ser percebido na longa duração, como um simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas e pelos jornalistas para assim cunhar uma distinção [...] (BARBOSA, 2007, p. 40).

Lavina Ribeiro (2004b, p. 110), em estudo dedicado à evolução da imprensa carioca, igualmente credita ao século XIX, especialmente a partir dos anos 1860, o despontar de periódicos “com intenções discursivas desvinculadas de um explícito compromisso partidário”. Isso não significa dizer que eram totalmente neutros, mas que atuavam “como agentes políticos singulares, não necessariamente instrumentalizados por partidos”.

Pautando-se nas considerações de Marialva Barbosa, porém sendo mais incisiva, a historiadora Aline Andrade Pereira (2012, p. 3) contesta a tese de que a década de 1950 seria o ponto de ruptura com o jornalismo opinativo e político. A autora adverte que “o final do século XIX e o início do século XX são esquecidos como momentos em que o mito da objetividade planta suas raízes”, e acrescenta ainda que, muitas vezes, “o surgimento dos ideais de objetividade e neutralidade é tomado de forma episódica na História do Jornalismo [e que somente], nos anos (19)50 – marco fundador da modernidade da imprensa brasileira – ou no máximo são vistos como gestados na década anterior, os anos 40”. Desse modo, a autora propõe:

A hipótese que levantamos é a de que a neutralidade e a objetividade no jornalismo brasileiro devem ser vistas como parte de um processo mais amplo que tem início no início do século XX e culmina com as reformas modernizantes dos anos 1950 e não tendo nesta década o seu marco inicial (PEREIRA, 2012, p. 1-2).

²⁰ No original: “How strange a day it will be when this, of all nations, finds the partisan newspaper the exception and no longer the rule! That day is coming through”. Tradução minha.

André de Seguin des Hons (1985, p. 14), como apresentei inicialmente, defende a ideia de que o jornalismo brasileiro da Primeira República estava “deficitário” no que diz respeito às discussões sobre a objetividade jornalística. Desse modo, segundo o autor, será apenas a partir da “revolução de 1930” e o período da “Ditadura Vargas” que se iniciou um período marcado pela transição da prática jornalística brasileira em decorrência do policiamento do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), tendo sido necessária “uma reformulação forçada” do jornalismo de opinião. Nas palavras do autor, a imprensa da época foi “transformada em máquina de propaganda” (oficial),²¹ anulando, em certa medida, as paixões políticas.

Porém, é importante lembrar que segundo Tania Regina de Luca (2006, p. 1), faz-se necessário ter cuidado com “uma visão urdida a partir da perspectiva do aparato estatal, como se suas intenções de governantes, seus interlocutores e porta-vozes tivessem sido impostas de forma plena”. A autora, sem desconsiderar “a truculência do regime”, lembra que não podemos crer que as “ações controladoras [do Estado] esbarrassem numa imprensa dócil” e pretende, nesse sentido, “matizar tal visão”. A partir de uma análise de quatro revistas culturais, a historiadora propõe

[...] investigar se havia alguma possibilidade de fazer oposição ao projeto hegemônico, ainda que de forma enviesada e cuidadosa. Se não é o caso de afirmar a existência de uma proposta alternativa ao projeto cultural varguista, claramente delineado no decorrer do Estado Novo (1937-1945), trata-se de averiguar se nas páginas desses periódicos não houve espaço para, pelo menos, não engrossar o coro dos que defendiam os rumos políticos e culturais adotados.

Tania Regina de Luca (2006, p. 6) deixa claro que a sua preocupação não é negar a opressão e controle por parte do Governo Vargas, mas tão somente mostrar outra perspectiva, ou levantar questões, tais como “se as intenções e prescrições emanadas do executivo e seus porta-vozes foram recebidas e absorvidas de forma passiva por toda a sociedade”.

Voltando à questão levantada por Aline Andrade Pereira (2012), existem pesquisadores, como Ana Paula G. Ribeiro (2007, p. 28), por exemplo, que defendem a tese de que foi somente na década de 1950 “e não antes – que as ideias de neutralidade e imparcialidade se formalizaram [...] e passaram a reger e a guiar, como regra básica, a prática profissional dos jornalistas”. É válido ressaltar, no entanto, que mesmo Ribeiro (2007, p. 28) faz uma série de relativizações no que diz respeito a tal questão, como pode ser visto logo abaixo:

²¹ Fiz um resumo das ideias do autor a partir do trecho a seguir, em seu idioma original: “*La révolution de 1930 et la période Vargas marquèrent une transition. Le bâillonnement de la presse et le carcan idéologique imposé par la censure du DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) ont contribué à une reformulation forcée du journalisme d’opinion. Transformées en machine de propagande au service de l’Etat, les publications ont cessé entre 1937 et 1944 d’exprimer des positions diversifiées*” (DES HONS, 1985, p. 14)

O aparecimento do jornalismo informativo, na primeira metade do século XX, não levou à aplicação de técnicas como o *lead* ou a pirâmide invertida. E, mesmo nos anos 50, a aplicação dessas técnicas não implicou na importação, na sua totalidade, do ideário jornalístico norte-americano. Mesmo nesse período, os conceitos de objetividade e neutralidade ainda apresentavam limites muito claros. O processo de incorporação foi marcadamente contraditório, implicando em avanços e recuos.

Assim, enquanto Aline Pereira enfatiza que há uma desvalorização das primeiras décadas e que os anos 1950 não foram revolucionários tanto quanto se pensa, João Goulart é uma das principais referências quando o assunto é a renovação da prática jornalística no Brasil de meados do século XX, mesmo com todas as suas ressalvas.

Acredito, no entanto, que tais renovações – com avanços e recuos – possam ter ocorrido especialmente no estado do Rio de Janeiro e isso se deu nos anos finais do século XIX e, depois, em São Paulo. Esse processo foi construído em meio a inúmeras contradições, pois a herança “opinativa” ou “partidária” da imprensa brasileira se fez presente mesmo nos anos 1950, até pelo menos o “Golpe de 1964”, uma vez que continuava – apesar dos seus avanços técnicos e da profissionalização do jornalista – a manter a tradição do jornalismo de opinião, sob influência político-partidária ou à sombra de calorosas “paixões políticas” em suas redações, tal como afirma des Hons (1985, p. 78):

Malgrado o deslizamento do jornalismo de opinião para o jornalismo de informação, os jornais diários não cessaram, entre 45-64, de constituírem-se como vetores de correntes políticas e de interesses de grupos sociais. A imprensa se situa no centro das lutas e das contradições²².

Nesse sentido, embora esteja bastante estruturada essa ideia de objetividade e profissionalização do jornalismo brasileiro, que avança e recua desde o final do século XIX, creio que um importante aspecto a ser ressaltado reside na ideia de que a maior parte das pesquisas historiográficas só fizeram abordagens relacionadas ao sudeste do país, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Deste modo, entendo que outra questão a ser considerada se assenta no fato de que em diferentes espaços do Brasil, faltam análises que nos respondam como se deu tal processo de modernização ou reformulação na imprensa nesses lugares. Em Mato Grosso, por exemplo, se utilizarmos como exemplo dois dos jornais de maior circulação nos anos 1950, ambos eram eminentemente partidários²³.

De todo modo, é preciso levar em consideração aquilo que nos lembra Jean-Paul Bertaud (1991, p. 281), comentando um fragmento de um texto de Jacques Godechot, no

²² No original: “Malgré le glissement du journalisme d’opinion au journalisme d’information, les quotidiens n’ont pas cessé, entre 1945 et 1964, d’être les vecteurs des courants politiques et des intérêts de groupes sociaux. La presse s’est située au centre des luttes et des contradictions”. Tradução minha.

²³ Em Mato Grosso, o “Correio do Estado” era um órgão udenista (União Democrática Nacional) e “O Matogrossense” do PSD (Partido Social Democrata).

ano de 1969 (quando este último tentava estruturar os estudos sobre a imprensa, ou, como menciona Bertaud, deslocar o lugar da imprensa da concepção de fonte secundária, como – na época – muitos gostariam que fosse): “Laboratório de ideologias, espaço pedagógico de práticas políticas, a imprensa é, para o decano Godechot, um campo onde se fornecem as armas aos homens e onde os mesmos se preparam para a ação. É também, segundo ele, um grande negócio”²⁴.

Na condição de ser um negócio de mercado, a empresa jornalística tem como maior objetivo buscar rentabilidade. Porém, a própria ideia de rentabilidade precisa ser alargada, como bem adverte Celso Almuña Fernández (1989, p. 257):

[...] toda empresa busca uma ‘rentabilidade’. No entanto, não se deve tomar o termo em estrita e limitada significação econômica, pois existem muitas outras, por exemplo, influência política, ideológica, etc. Conhecemos, ao longo da história da imprensa, empresas periodistas que jamais foram rentáveis economicamente e, no entanto, perduraram por anos e anos, uma vez que seu objetivo central, logo, era outro²⁵.

No mesmo sentido, Luís P. Martins (2010, p. 12), influenciado pelas análises de Bourdieu, ressalta que o campo jornalístico “está sempre obrigado a lidar com uma série de pressões externas: do campo político (Estado), do campo econômico (anunciantes) e do universo de leitores”, portanto, naquele período (anos 1950), com o próprio desenvolvimento econômico do país, certamente houve muitos casos em que foi necessário mesclar os interesses, havendo, nesse sentido, um tipo de imprensa que poderia ter incorporado as inovações do jornalismo, sem ter que necessariamente deixar de lado sua característica opinativa ou inclinação partidária.

Creio que desde o final do século XIX e início do século XX os debates em torno das inovações da prática jornalística vinham sendo discutidas incluindo a questão da objetividade (no sentido de neutralidade ou afastamento da influência político-partidária das redações). Porém, é bem provável que isso somente foi intensificado nos chamados “grandes centros” brasileiros e maiores conglomerados jornalísticos, sobretudo no período pós-ditadura, quando o jornalismo buscará uma “rentabilidade” em sentido mais amplo (não somente defendendo ou acusando partidos políticos, mas também pensando nos anunciantes e leitores).

Não quero dizer, entretanto, que houve um “atraso natural” dos lugares distantes dos grandes centros do país no que diz respeito à modernização da imprensa. Porém, o que

²⁴ No original: “Laboratoire d’idéologies, espace pédagogique de pratiques politiques, la presse est, pour le doyen Godechot, un camp où se fournissent les armes et où des hommes se préparent à l’action. C’est aussi, remarque-t-il, une affaire de gros sous”. O texto utilizado por Bertaud de Godechot é *Histoire de la Presse française*, tome 1: Des origines à 1814, Paris, PUF, 1969. Tradução minha.

²⁵ No original: “[...] toda empresa busca una ‘rentabilidad’. Sin embargo, no se debe tomar el término en estricta y limitada significación económica; pero hay muchas otras, por ejemplo, influencia política, ideológica, etc. Conocemos a lo largo de la historia de la prensa, empresas periodísticas que jamás fueron rentables económicamente y, sin embargo, perduraron años y años”. Tradução minha.

pretendo chamar a atenção reside no fato de que faltam pesquisas que nos informem mais detidamente a esse respeito, uma vez que as publicações mais conhecidas se detiveram a analisar a imprensa do Sudeste (especialmente Rio de Janeiro) brasileiro.

Outro aspecto que é preciso lembrar no que diz respeito à evolução da prática jornalística brasileira que atingira os anos 1950 (e que estava, de certo modo, ligada à tentativa de emancipação da imprensa em relação à política), foi a busca por melhoramentos redacionais dos textos noticiosos, isto é, por uma melhor apresentação das notícias. Nas palavras de Des Hons (1985, p. 15),

Nos anos (19)50, as técnicas de escrita mudaram, como resultado da implementação do jornalismo "objetivo". Padrões americanos do "lead" foram tomados de forma gradual, na maioria dos grandes jornais. [Portanto] A técnica do lead, que consiste em apresentar um texto começando por uma síntese, gerou uma transformação [...] A padronização da linguagem da imprensa ocorreu de forma sistemática a partir de 1950. As regras de escrita, bastante similares de um jornal ao outro, especificaram claramente o estilo que deveria ser seguido²⁶.

Em resumo, "o *lead* era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato principal, respondendo a seis perguntas básicas: Quem? Fez o quê? Quando? Onde? Como? E por quê?". Além dessa técnica, havia também a "pirâmide invertida", ou seja, "o texto noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações" (RIBEIRO, 2007, p. 30-31). Isso se dava pelo fato de que, já nesse período, a sociedade sofria problemas com escassez de tempo, que afetavam o dia-a-dia das pessoas. Desse modo, se o leitor não pudesse fazer uma leitura completa do artigo ou da reportagem em sua totalidade, nos seus parágrafos iniciais as informações mais importantes já deviam estar expostas. "O ritmo cada vez mais acelerado da vida moderna exigia adaptações para tornar os veículos dinâmicos para as notícias e para a propaganda" (RIBEIRO, 2007, p. 32).

Isso fica nítido em uma das publicações mais importantes para o jornalismo brasileiro daquele tempo, que foi o *Anuário Brasileiro de Imprensa PN – Publicidade & Negócios*²⁷ (fonte riquíssima de informações que, pelo que me consta, permanece sem ter sido objeto de nenhum estudo específico). Ainda que me faltem dados mais volumosos (que me permitiriam fazer uma análise mais profunda sobre o tema), é possível notar certa

²⁶ No original: "Dans les années (19)50, les techniques de rédaction se sont modifiées, sous l'effet de l'implantation du journalisme « objectif ». Les normes américaines du « lead » ont été reprises, petit à petit, par la plupart des grands quotidiens. La technique du lead, qui consiste à présenter un article en commençant par une synthèse événementielle, engendra une mutation [...] La standardisation de la langue de presse, s'est opérée méthodiquement à partir de 1950. Les règles de rédaction, devenues semblables d'un quotidien à l'autre, spécifiaient clairement le style à suivre". Tradução minha.

²⁷ O "Anuário Brasileiro de Imprensa" foi criado pela editora "Empresa Jornalística PN S/A" no ano de 1946. A mesma editora fundou, dois anos antes, o "Anuário de Publicidade", e em 1947 o "Anuário Brasileiro de Rádio". Mudou seu nome, com o decorrer do tempo, para *Anuário de imprensa, rádio & televisão*. Seus principais diretores eram Manoel de Vasconcellos e Genival Rabelo. Informação retirada de: ABREU, Alzira Alves (et al). *Dicionário histórico-biográfico da propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. Verbetes: Alvarus de Oliveira; Genival Rabelo; PN – Publicidade e Negócios, p. 183.

preocupação por parte dos redatores do *Anuário* no que diz respeito à melhoria das técnicas de redação. Mostrarei, a partir de dois fragmentos da citada publicação, como os seus colaboradores pensaram tal problemática.

Na edição de 1958, volume XVIII, sob a direção de Genival Rabelo e Manoel Maria Vasconcellos, os diretores do *Anuário* contemplam o leitor (que era o leitor especializado, isto é, o jornalista²⁸), com os manuais de redação de dois jornais cariocas, o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*. Segundo os editores, as “Regras de Redação do *Diário Carioca*” eram vistas como uma das melhores do país e estavam ali para servir de guia para a imprensa de então. Vale a pena citar aquilo que parece ser central naquele “ideal” de jornalismo perseguido nos anos 1950. Conforme já foi dito logo acima, naquele momento era muito importante fazer as cinco questões centrais sobre o assunto, que resumissem para o leitor o teor do texto que deveria ser escrito, tal como é possível ver a seguir:

Ocupar o primeiro parágrafo das notícias com: a) – um resumo conciso das principais e mais recentes informações do texto, esclarecendo o maior número das seguintes perguntas relativas ao acontecimento: *que?*, *quem?*, *onde?*, *como?* *E por quê?*; ou: b) – um aspecto mais sugestivo e suscetível de interessar o leitor no acontecimento²⁹.

Curiosamente, a *Tribuna da Imprensa*, como se sabe, era propriedade de Carlos Lacerda, um dos mais conhecidos e importantes políticos da época, especialmente pela sua evidente oposição ao governo Vargas, mas que também trazia regras de redação similares ao *Diário Carioca*, tal como se segue logo abaixo:

A “guia” destina-se a atrair e prender a atenção do leitor, conduzindo-o ao parágrafo seguinte. Comece, pois, a notícia pelo que houver de mais interessante (para o leitor) na notícia. Dê no primeiro parágrafo (ou nos primeiros) [...] uma súmula das principais e mais recentes informações do texto. Responda às perguntas que o leitor imediatamente lhe faria: QUE? QUEM? QUANDO? COMO? ONDE? POR QUE? Guarde esta fórmula: 3Q + CO + P = Notícia, ou desses elementos, destaque desde logo aquele mais sugestivo, capaz de interessar imediatamente o leitor³⁰.

Nesse sentido,

Essas mudanças estão associadas a todo um processo de transformação no campo jornalístico e apontam para a consolidação da sua dimensão empresarial, que passou a predominar sobre a política na determinação das estratégias da imprensa. Acreditamos, no entanto, que os anos 50 representaram não um momento de ruptura radical, mas o período de consolidação das transformações por que vinha lentamente passando a imprensa desde o início do século XX [...] e que, apesar de todas as rupturas, também conservou muitos aspectos da tradição (RIBEIRO, 2007, p. 28).

²⁸ Uma questão que se coloca e que talvez poderá ser respondida por uma pesquisa específica é a seguinte: em que medida o *Anuário* circulava nacionalmente e jornalistas de outras regiões do país estavam a par do que se discutia no Rio de Janeiro (que era o maior conglomerado da imprensa do país da época ou, ao menos, o mais influente)?

²⁹ Regras de redação do “Diário Carioca”. In: *Anuário de imprensa, rádio & televisão*, Empresa Jornalística PN S.A., 1958, p. 32.

³⁰ Normas de redação da Tribuna da Imprensa. In: *Anuário de imprensa, rádio & televisão*, Empresa Jornalística PN S.A., 1958, p. 34.

Houve, assim, um movimento de mudanças que, segundo Alzira A. de Abreu (1996, p. 15), partiu das inovações que foram introduzidas sobretudo por jornalistas do Rio de Janeiro³¹, tais como Pompeu de Souza, Danton Jobim e Samuel Wainer. Além desses, diz a autora, já “no final dos anos (19)50, Alberto Dines introduziu muitas ideias no *Jornal do Brasil*, como resultado de sua passagem pelo *Los Angeles Times*”. Ana Paula G. Ribeiro (2007, p. 18) igualmente credits aos jornais cariocas o pioneirismo na renovação do jornalismo brasileiro, conforme já mencionei em outro momento.

A questão é que a objetividade jornalística de fato incomodava o profissional da imprensa dos grandes centros brasileiros, que tentava se desfazer um pouco da imagem de mera reprodutora da fala política (ainda que na prática isso não ocorresse efetivamente). Para tanto, buscava-se a “mítica da objetividade [...] fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor” (BARBOSA, 2007, p. 150). Esse era um dos passos necessários para a profissão jornalística ganhar maior respeito e representatividade junto à sociedade, sendo capaz de reproduzir os acontecimentos da melhor maneira para o seu leitor, de modo que este compreendesse os fatos da realidade por meio da *palavra* do jornalista.

Recorro mais uma vez ao *Anuário Brasileiro de Imprensa* para mostrar um pouco desse embate. No início da década de 1950, em 1952, um artigo publicado por Genival Rabelo (1952, p. 11) intitulado “Temos já no Brasil uma grande Imprensa”, analisa alguns dados do “Boletim das Classes Dirigentes”³² do “IBOPE” e expõe com destaque a seguinte informação: “A obsessão dos jornais são os fatos – Os partidos políticos estão praticamente sem imprensa – de 316 registros sôbre o sr. Getúlio Vargas, na imprensa carioca, 36 foram favoráveis, 33 contrários e 247 indiferentes ou neutros”.

No decorrer desse longo texto, Rabelo (1952, p. 11) mostrara alguns quadros feitos a partir das pesquisas do IBOPE, que supostamente avalizariam a tese por ele defendida, isto é, que a imprensa brasileira era injustificada naquele momento. Com ironia, o jornalista lembrava: “Pasquim, pasquim e pasquim é tudo que sabem dizer”. Pondera, no entanto, que tais acusações partiam, naquele tempo, de “leitores menos avisados porque, diante de um exame detido das folhas que se publicam entre nós, fazendo-se mesmo paralelo com imprensas estrangeiras [...] chego a conclusões bastante favoráveis”.

³¹ É importante lembrar, conforme ressalta Lavina Ribeiro (2004a, p. 99), que até meados dos anos 1960 “as instituições jornalísticas criadas na cidade do Rio de Janeiro [...] desenvolveram, de forma significativa, todos os padrões predominantes da história da imprensa brasileira”.

³² Segundo Silvana R. M. Martini (2011, p. 39), o “Boletim das Classes Dirigentes” era uma “publicação semanal, seu propósito era suprir as classes dirigentes da nação: líderes da política, do comércio e da indústria, de informações no terreno da pesquisa de opinião pública – assuntos políticos ou sociológicos – e da análise do comportamento da imprensa sobre pessoas, países, acontecimentos políticos de interesse e evidência para o país e o estrangeiro”. A mesma autora, em parceria com Emerson L. M. da Costa, informa que: “A série do *Boletim das Classes Dirigentes* é composta por 1.630 pesquisas de opinião pública, que cobrem o período de 1950 a 1957” (MARTINI; COSTA, 2011, s/p.).

Além disso, Genival Rabelo (1952, p. 11) dizia que a publicidade na imprensa brasileira era muito mais evoluída que a francesa, por exemplo. O autor chega a esnobar os periódicos franceses nesse quesito pois, segundo ele, “basta abrir qualquer revista ou jornal da França para sentir-se a escassês de mensagens de venda, que são, na maioria, de uma *pobreza alarmante*. Estamos inegavelmente, muito adiantados sobre a França, na propaganda promocional”³³. Nesse sentido, em sua visão, a imprensa já estaria muito mais preocupada em auferir lucros advindos da publicidade, relegando a segundo plano as paixões políticas.

Conforme demonstrou Ana Paula G. Ribeiro (2007), em fragmento já citado anteriormente, ainda nos anos 1950 não era tão fácil assim para a imprensa sobreviver apenas de verbas publicitárias e vendas de assinaturas ou exemplares. Além disso, repito, o estudo no qual se amparava Genival Rabelo (1952) tratava de analisar simplesmente os maiores jornais cariocas. O próprio autor parece aperceber-se de que eram poucos os seus dados para chegar a conclusões tão decisivas, ainda que não deixe de ser incisivo em sua defesa. Nas suas palavras,

Nossa imprensa [...] é uma imprensa de *fatós*. É imprensa noticiosa. É *grande imprensa*. E note-se, ainda, que estão arrolados aí 12 jornais, número mais do que suficiente para formar opinião numa cidade de 2 e meio milhões de habitantes. Se se pretender contra-argumentar com jornais que não figuram neste estudo, tem-se evidentemente a intenção pura e simples de inverter a ordem das coisas. Porque os demais jornais [...] não tem expressão (RABELO, 1952, p. 14, grifos meus).

É claro que, mais do que defender a imprensa brasileira, o autor preocupa-se em defender a imprensa carioca. Tal pesquisa havia sido realizada entre 9 e 15 de março, e tratou de saber – por meio de 12 grandes jornais³⁴ do Rio de Janeiro – como figuras políticas de bastante destaque eram tratadas nesses órgãos de imprensa. Os políticos escolhidos foram Adhemar de Barros, Lucas Nogueira Garcez, Danton Coelho e, claro, Getúlio Vargas.

Considerações finais

O texto de Genival Rabelo (1952) é muito importante, pois nos apresenta a luta que era travada por uma parte da imprensa carioca e a tentativa de fugir do estigma de imprensa partidária e meramente opinativa, existindo, inclusive, como foi mostrado,

³³ Os grifos são meus. O autor ainda relembra números apresentados na edição de 1951 do “Anuário de Publicidade” que indicavam a absorção de 4,2% do volume total de propaganda no Brasil somente por meio da imprensa escrita.

³⁴ Foram eles os matutinos *Diário de Notícias*, *O Radical*, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário Carioca*, e os vespertinos *O Globo*, *Diário da Noite*, *A Notícia*, *O Mundo*, *A Noite*, *Tribuna da Imprensa*, *Última Hora*.

pesquisas no intuito de quantificar o grau de partidarização ou de apoio político de algumas redações dos grandes jornais da época. Além disso, a ênfase nas diferenças da imprensa francesa buscava demarcar o afastamento do jornalismo de opinião.

Por outro lado, por mais que houvesse essa defesa do jornalismo no que diz respeito às críticas direcionadas a ele, “puxões de orelha” no intuito de melhoramentos da profissão do jornalista igualmente se faziam presentes no ambiente da época. É o que vemos, por exemplo, em um pequeno excerto retirado de uma entrevista com Hélio Sarmiento³⁵, ainda na edição de 1952 do *Anuário*. Dizia ele:

- O jornalista é um especialista – [...]. Deve ser formado para a sua missão. Mas isso só ocorrerá com o aprimoramento dos jornais. Quando os donos de jornais se colocarem a serviço da imprensa, e não fazer como fazem por ora, colocando os seus jornais a serviço de seus interesses pessoais, evidentemente que se exigirá do jornalista melhor formação intelectual e moral e mais acentuada vocação para seus misteres³⁶.

Inegável, nesse sentido, que havia uma tentativa de transformação, ao menos nos grandes centros, por parte de alguns profissionais do jornalismo. Formatavam-se, então, novas perspectivas para a imprensa. A dinâmica do mercado (a busca pelo aumento da comunidade de leitores) também contribuiu para a busca da neutralidade. Procurava-se pensar a imprensa como um lugar neutro, independente, como um gênero de “estabelecimento de verdades”, e os acontecimentos diários deviam ser concebidos como notícia, unidade básica de construção dos jornais (RIBEIRO, 2003, p. 15).

Pelo que se percebe nas palavras de Genival Rabelo (1952), o jornalista buscava se despir daquela imagem de “papagaio” do discurso político. Configurava-se, portanto, um tipo de jogo de forças que visava constituir ou dar uniformidade ao profissional do jornalismo. Pretendia-se institucionalizar uma “profissão moderna”. Por isso, o “discurso jornalístico passou a [buscar e] se revestir de uma ‘aura de fidelidade aos fatos’, que lhe conferiu um considerável poder social” (RIBEIRO, 2007, p. 14). Pretendia-se, portanto, a partir de uma renovação discursiva no campo do jornalismo, distanciar-se do mero discurso de opinião, pois a pretensão de alcançar uma maior audiência, logo, conquistar novos leitores, deveria prescindir da imagem extremamente vinculada às paixões políticas. Nesse sentido, Marialva Barbosa (2007, p. 151) informa que almejava-se construir uma “imagem, divulgada ao extremo e disseminada por meio de múltiplos discursos [de] um jornalismo moderno que entra numa nova fase profundamente diversa de todos os momentos anteriores”.

³⁵ Na época fazia parte da “nova geração de jornalistas brasileiros”. Era subsecretário do jornal *Última Hora*.

³⁶ *Anuário Brasileiro de Imprensa*, da Revista *Publicidade & Negócios*, maio de 1952, p. 40.

O tema em tela é bastante complexo e traz consigo uma variedade de leituras no âmbito da historiografia brasileira. Conforme mencionei, existem autores que defendem que somente nos anos 1950 foi que, efetivamente, a questão da objetividade jornalística foi seriamente discutida no jornalismo brasileiro, enquanto outros acreditam que essa foi uma questão que esteve presente desde o século XIX. No entanto, minha posição é que assim como ocorreu com a imprensa estadunidense, as discussões feitas no Brasil sobre a prática jornalística e o incômodo que decorria do apaixonado jornalismo opinativo (alinhado a partidos/posições políticos/as), foi resultado de um longo processo que remonta ao século XIX, ora avançando, ora recuando em relação a essa questão.

Creio, no entanto, que, se no período da Primeira República tal discussão não foi tão intensa ou não teve tanta força como houve nos anos 1950, de igual maneira, nos Estados Unidos a ideia de objetividade e afastamento dos partidos políticos só foi sentida mais fortemente após o final da década de 1920. Além disso, mesmo no Brasil, não é possível afirmar que essa ideia de objetividade tenha avançado tão rapidamente além das fronteiras do Rio de Janeiro, e nos faltam pesquisas que tragam informações a respeito.

HISTORY, PRESS AND POLICY: CONTRIBUTIONS ABOUT THE DEBATE AROUND THE "MYTHICAL" OF OBJECTIVITY ON BRAZILIAN JOURNALISM IN THE 1950'S

Abstract: The purpose in this article is to present some discussions about the history of the press of the mid-twentieth century with regard to journalism modernization attempts in Brazil. During this period, several specialized Brazilian historians on the subject have emphasized that after the 1950s there was a strong attempt to move away from party political speech present in Brazilian newspapers and magazines. On the other hand, some authors argue that since the late years of the nineteenth century this debate was being in discuss. Therefore, I intend to make an approach about the debate surrounding the situation of journalism in that period, especially with regard to the idea of "objectivity" *versus* political passion. I am going to demonstrate from the historiography literature and periodic productions of the time how this is an issue that deserves to be revisited constantly by historians of politics and national press.

Keywords: Historiography. Press. Neutrality. Objectivity. Policy.

Referências

Fontes

Anuário de imprensa, rádio & televisão, Empresa Jornalística PN S.A., 1958.

Anuário Brasileiro de Imprensa, da Revista Publicidade & Negócios, maio de 1952.

RABELO, Genival. Temos já no Brasil uma grande imprensa. Anuário Brasileiro de Imprensa, da Revista Publicidade & Negócios, maio de 1952.

Bibliografia

ABREU, Alzira A. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves, et al. (Org.). *Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____, et al. *Dicionário histórico-biográfico da propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*.

_____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2007.

BERTAUD, Jean-Paul. Histoire de la presse et Révolution. *Annales historiques de la Révolution française*, n° 285, 1991. pp. 281-298, 1991.

BRUYAS, Jean-Paul. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien, Année 1987, Volume 49, Numéro 1, p. 188-190.

CAPELATO, Maria Helena R; DUTRA, Eliana Regina de F. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. (Org.). *Representações*. Contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

FERNÁNDEZ, Celso Almuñia. Prensa e la opinión pública. La Prensa como fuente histórica para el estudio de la masonería. In. FERRER BENIMELI, José A. (coord.). *Masonería, política y sociedad*. Centro de Estudios Históricos de la Masonería Española, Córdoba, p. 245-279, 1989.

LUCA, Tania R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania R. de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. As revistas de cultura durante o estado novo: problemas e perspectivas. In: *IV Encontro Nacional de História da Mídia. A luta pela liberdade de imprensa - revisão crítica dos 300 anos de censura*, 2006, São Luís do Maranhão/MA. Anais do 4o Encontro Nacional de História da Mídia. São Luís/MA: Rede Alfredo de Carvalho, 2006. v. 1.

MARTINI, Silvana R. M. *O IBOPE, a opinião pública e o senso comum dos anos 1950: hábitos, preferências, comportamentos e valores dos moradores dos grandes centros urbanos brasileiros (Rio de Janeiro e São Paulo)*, 2012.

_____; COSTA, Emerson L. M. A formação da sociedade de consumo nos anos 1950. In: I CONPUESP - Congresso dos Profissionais das Universidades Estaduais de São Paulo, 2011.

MARTINS, Luís Carlos Passos. *A grande imprensa liberal da Capital Federal (RJ) e a política econômica e social do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional*. Tese (Doutorado) 360f. PUCRS, Porto Alegre, 2010.

MELLO, José M.; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da vida privada*, Vol. IV, 1998.

PURCELL JR., Edward A. *Crisis of democratic theory: scientific naturalism & the problem of value*. Kentucky, Editorial and Sales Offices: The University Press of Kentucky, 1973.

RIBEIRO, Ana Paula G. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

_____. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. *Estudos Históricos - CPDOC/FGV*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 147-160, 2003.

RIBEIRO, Lavina M. *Imprensa e Esfera Pública no Jornalismo Brasileiro*. *Comunicação & Sociedade*, UESP -SP, v. 1, n. ano 25, p. 97-114, 2004a.

_____. *Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro: e-papers, 2004b.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the News. A Social History of American Newspapers*. New York, Basic Books, 1978.

_____. *The objectivity norm in American journalism*. *Journalism*, Vol. 2, N. 2, p. 149-170, 2001.

SILVA, Carlos Lins da, *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo-SP, Summus Editorial, 1990.

STRECKFUSS, Richard, *Objectivity in Journalism: a search and a reassessment*. *Journalism Quarterly*, Vol. 67, n. 4, p. 973-983, 1990.

SOBRE O AUTOR

Eduardo de Melo Salgueiro é doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); docente no Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Recebido em 03/05/2016

Aceito em 07/06/2016